

ALCIDES CRUZ



**MESTIÇO, MULATO  
OU NEGRO**



**ALCIDES CRUZ**

**MESTIÇO, MULATO  
OU NEGRO**

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL  
2017**

**Autor:** Alcides Cruz

**Organizador:** Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

**Conselho Editorial:** Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

**Capa e Editoração:** Priscila Pereira Pinto

C957m Cruz, Alcides

Mestiço, mulato ou negro [recurso eletrônico] / Alcides Cruz. Organizado por: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2017.

Modo de acesso:  
<http://ihgrgs.org.br/#ebooks>  
ISBN: 978-85-62943-09-6

1.Racismo 2. História. 3. Preconceito racial. 4. Racismo : Imprensa : Negros. 5. Discriminação Racial. I. Cruz, Alcides. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU 323.14

Márcia Piva Radtke  
CRB 10/1557

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil  
Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h  
Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min  
Telefone/Fax: (51) 3224-3760  
e-mail: [ihgrgs@terra.com.br](mailto:ihgrgs@terra.com.br) / [ihgrgs.biblioteca@gmail.com](mailto:ihgrgs.biblioteca@gmail.com)  
Site: [www.ihgrgs.org.br](http://www.ihgrgs.org.br)  
Site da Revista: [seer.ufrgs.br/revistaihgrgs](http://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs)

## SUMÁRIO

Nota (março, 2017) .....	4
Nota (novembro, 2017) .....	5
Desertor do exército, por Isidoro Dias Lopes A República, Porto Alegre, 6 de fevereiro de 1897 .....	6
Com a ponta do pé..., por Alcides Cruz Mercantil, Porto Alegre, 8 de fevereiro de 1897 .....	8
Lérias, por Calvino A República, Porto Alegre, 9 de fevereiro de 1897 .....	10
Carta Aberta a ARTHUR PINTO DA ROCHA, por Alcides Cruz A Federação, Porto Alegre, 12 de janeiro de 1903.....	12
Questão das águas do Ribeiro, por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque Correio do Povo, Porto Alegre, 8 de julho de 1913 .....	14
Troco Miúdo, por Alcides Cruz A Federação, Porto Alegre, 9 de julho de 1913.....	18

## **NOTA**

A Equipe do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), com essa publicação, torna acessível as respostas dadas por Alcides Cruz às agressões, fundadas em explícitas manifestações de preconceito racial, que sofreu, no exercício de suas atividades, no jornal e na advocacia, nos primeiros anos do século XX.

Os textos, por sua relevância, estão destacados do corpus da parcela do labor intelectual de Alcides Cruz, em vias de lançamento, e tem, também, o sentido de reforçar a luta contra os grandes males do século XXI, como a concupiscência, a não aceitação do outro, a intolerância e a discriminação.

Porto Alegre, março de 2017,

Equipe do IHGRGS

## NOTA

Desde o lançamento desta compilação, em março passado, as pesquisas nos variados periódicos – que sabíamos tivesse Alcides Cruz publicado – seguiram no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Inesperadamente, fomos surpreendidos com um ataque racial mais antigo: em 1897, quando Cruz assumia a direção do jornal Mercantil, de Porto Alegre.

Além da resposta de Alcides Cruz a Isidoro Dias Lopes, foi possível localizar o embate verbal nos jornais A República – no qual se publicou o primeiro ataque e a réplica, **assinada por “Calvininho”** – e Mercantil.

Também se localizou no Correio do Povo, graças à cooperação do jornalista João Batista Santafé Aguiar, o ataque de Diogo Velho, que resultou **no artigo “Troco Miúdo”, já apresentado.**

Mais uma vez, aproveitando a época, reforçamos a permanente lembrança de que as diferenças humanas jamais devem basear-se na cor da pele. As verdadeiras disputas e enfrentamentos se revelam no campo intelectual: Alcides Cruz assim o comprova.

Porto Alegre, novembro de 2017,

Vanessa Gomes de Campos  
Arquivista do IHGRGS

## Desertor do exército<sup>1</sup>

Entre as muitas infâmias publicadas ontem no Mercantil contra os escritores da República pelo negro alugado ao governo, há uma que nos é individualmente dirigida, pois, presentemente, sou o único militar na redação.

Vou responder, não em atenção ao ridículo e covarde capitão de carnaval que, tendo trocado a pena pela espada, fugiu miseravelmente a única vez em que teve ocasião de pelejar pelo seu amo, mas sim em consideração ao público.

Só a mais supina ignorância ou a mais requintada má fé levariam esse gorila, que dá pelo nome de Alcides Cruz, a tentar injuriar-me, dando-me a qualificação de desertor do exército.

Perante as leis fundamentais da república brasileira e em face do compromisso (antigo juramento) contraído pelos oficiais do exército, não há desertores em guerras civis ou pelo menos na revolução última.

Fosse o Brasil monarquia, onde o soldado era do rei, seriam desertores todos aqueles que pegassem armas contra o governo; mas na república, na qual o militar é, em primeiro lugar, cidadão, só mesmo a estupidez, inerente nos mestiços produtos de raças inferiores, é capaz de, em desacordo com as leis que nos regem, inventar o qualificativo de desertor.

O compromisso adotado pela República, para os oficiais brasileiros, é o seguinte: “Prometo, sob minha palavra, honrar o exército a que pertenço, pautando a minha conduta pelos são princípios da moral, cumprir bem e fielmente os deveres inerentes do posto a que fui promovido, esforçando-me pela manutenção da ordem, estabilidade das instituições republicanas, engrandecimento da Pátria, defendendo com sacrifício da própria vida a sua integridade, os seus brios e instituições políticas vigentes. Como garantia, etc.”

Ora, a fórmula acima é clara e precisa e a Constituição vem em seu apoio, no art. 14.

Se em tais condições o militar julga que o chefe do governo por si ou por seus auxiliares desonra o exército, está fora dos seus princípios de moral, compromete a estabilidade das instituições e amesquinha a Pátria – deve colaborar nessa obra?

Certamente ninguém o afirmará, pois o militar comprometeu-se a impedir isso, até com sacrifício da própria vida. E então, pois, que o militar, mesmo em revolta, age dentro do seu compromisso, desertor de que é ele?

Pode o soldado ter interpretado mal os interesses nacionais, pode ter apreciado mal o conduto do chefe do governo, pode estar em erro, portanto, e como tal deve ser castigada, conseqüentemente, a sua falta. Deve ser condenado como qualquer outro revolucionário. Desertor é que não, porque essa qualificação é destituída de fundamento.

Quando ante aquele que entra para a vida militar põe-se a imagem da Pátria em primeiro lugar, depois a defesa das instituições e leis, é irracional e imoral qualificá-lo de desertor, quando, invocando a defesa da lei e os interesses pátrios, emprega as armas nacionais contra o chefe do funcionalismo público, taxado de criminoso.

---

<sup>1</sup> A República, Porto Alegre, 06. fev. 1897.

Agradecemos ao Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite, o Beto, do Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, pelo acesso ao jornal.

Isto perfunctoriamente quanto à questão, em geral; particularizando-a, porém, e tratando do caso individual que me diz respeito, posso dizer que a minha atitude está mais do que justificada, desde que o chefe do governo e seus prepostos haviam rasgado a Constituição da República, que me comprometera a defender, nos seguintes artigos: 72 § 11, 13 e 14; art. 80 § 2; art. 6º § 4; art. 87 § 8º; art. 72, § 10 e 17 etc., etc.

Poderíamos citar quase todos os artigos da Constituição que foram infringidos e os fatos considerados praticados pelo governo de [ilegível], mas para que? Quem há que os ignore?

Se as autoridades brasileiras tivessem uma prática conseqüente com a doutrina decorrente das leis escritas da República, em breve todos compreenderiam que em caso de revolução, de agitações internas, a lei que seria para qualificar, processar ou sentenciar o soldado do rei não é aplicável ao soldado da Pátria ou das instituições.

É devido, talvez, à ignorância que ainda existe na República brasileira, negros educados na monarquia, habituados a chamarem de desertor o militar que tomou parte em uma guerra civil, o que é o mais flagrante ataque ao bom senso e mesmo à organização republicana das sociedades.

Eis o que me cumpria dizer ao público.

Agora, ao covardíssimo capitão carnavalesco, duas palavras: se me deste o qualificativo de desertor, por ignorante, recebe essa lição e que te aproveite; se, porém, foi para insultar-me, injuriar-me vil e gratuitamente, dir-te-ei que és por demais infame para que teu insulto me atinja, negro alugado!

Isidoro Dias Lopes

Nota – Usei no artigo acima pensamentos, frases e até períodos da “Justificativa e posição dos militares que entraram na revolução contra o marechal Floriano”.

## Com a ponta do pé...<sup>2</sup>

Os miseráveis pasquineiros que há uma porção de dias vêm me insultando, através do anonimato, por um papelucho vespertino a que chamam A Republica, excederam-se desabridamente sábado, cobrindo-me de asquerosas insolências.

O que, porém, teve mais petulância foi um certo Isidoro, que do alto de seus tamancos, pretendeu atirar-me o labéu, como se eu me sentisse deprimido com o preconceito de cor, perante uma sociedade onde gozo do melhor conceito.

Sou mestiço, sim; mas não me envergonho de sê-lo, como não se deve envergonhar nenhum brasileiro digno, porque todos os brasileiros são mestiços.

E é nesse fato que está a excelência da raça!

Só os relapsos que foram solidários com Aparício Saraiva, com os polacos colombos de Paraná, com Colombo Leone e outros aventureiros que, não sendo nacionais, vieram profanar o solo da pátria, e que se sentem bem quando julgam estigmatizar um brasileiro dando-lhe o epíteto de negro.

Como homem que, à custa de um trabalho dignificador e uma conduta intocável, acentuou sua posição, obscura, mas honrada e acatada na sociedade que já acatava seus antepassados, orgulho-me com o epíteto, como o antigo romano que dizia: Roma num sum.

Que consideração pode merecer essa imprensa onde só prevalecem os abusos e os anonimatos? Não se viu que, durante muitos dias da semana passada, aquilo era um pelourinho, cujos verdugos da minha dedicação partidária e do meu amor ao estudo, não trepidaram diante a enfermidade herpética que me flagela?

Além de tamanha torpeza, chamavam-me diariamente de chimpanzé, de gorila, de makalolo e atiravam-me outros ápodos que o pasquim de sábado homologa como sendo um leve ridículo!

Debalde procurei no terreno da doutrina, no domínio da teoria, responder a uma das sandices que por um cano da folhinha vazava-se como o fito de salpicar-me.

Não surtiu efeito algum, porque novas fezes despejaram-se por outras goteiras.

Rude prova aquela por que passa a vítima, sem ter para onde apelar um corretivo para esses desmandos da liberdade de imprensa sob pena de descer à arena do periodiqueiro desarrazoado.

Mas, afinal já está tão pódio e rafado o alvitre de chamar-se negro a quem não sendo branco, entretanto não tem pesar de não o ser; porque as leis das sociedades civilizadas nivelam-no a todas as outras raças humanas – que tal preconceito apenas serve para degradar a quem o maneja, na falta da mais insignificante acusação para tishnar a pureza do agredido.

São esses os tais republicanos das novas normas!

Protesto, porém, quando o agitado **rabiscador afirma que o “ridículo capitão de carnaval, que tendo trocado a pena pela espada, fugiu miseravelmente a única vez em que teve ocasião de pelejar pelo seu amo”.**

---

<sup>2</sup> Mercantil, Porto Alegre, 08. fev. 1897.

De envolta com a calúnia infame, veio também o soez insulto a uma corporação distintíssima que tem sido elogiada pelos mais eminentes estadistas e chefes do exército – a Guarda Nacional – que é o braço direito do exército, porque sem ela o Brasil não teria cantado vitória nas campanhas de 52, do Uruguai e do Paraguai.

É uma criação legal; as nomeações para os postos de oficial emanam do governo federal, do mesmo modo que para o exército. Por conseguinte, não é uma corporação carnavalesca.

De carnaval são aqueles tenentes-coronéis de bobagem, cujos postos eram conferidos caricatamente por generais que hoje são despachantes de alfândega ou rábulas em São Paulo.

Convém dizer, por honra minha, que não vai nenhum desar na ordem de trabalho a que se dicam os srs. Laurentino e Prestes; o que foi e é uma pulhice, é a seriedade com que julgam que foram e são generais.

E tu, se tens algum brio, se não quiseses passar como o último dos caluniadores, prova que fugi covardemente do campo de batalha!

Com a ponta do pé devolvo à cara dos que se escondem no antro da rua Nova as vilanias com que me saudaram.

ALCIDES CRUZ

### Lerias<sup>3</sup>

Ora, este makalolo é das arábias.

Pois então, se me chamam de covarde eu vou pedir que provem? Não, eu é que sou obrigado a provar que não o sou.

Mas, makalolo, você é muito burro e ainda mais interessante. Pois então, você é a guarda nacional? Quem lhe acha assim um carnavalesco capitão envolve no qualificativo a corporação aludida?

Ora, makalolo, escuta: eu não sou dos mais afoitos, tenho um sistema nervoso que depõe contra os meus foros de valente, enfim, sou mesmo, um pouco medroso, para que negar?

Assim, se algum dia a Rosita me agredisse, você pensa que ia apanhar tunda dela sem dar-lhe algum arranhão? Você pensa?

Pois ela que venha fazer comigo o que tem feito com outros e então verá!...

Makololo, você diz que nós lhe insultamos, chamando-o de gorila, chimpanzé, etc., etc. Realmente, makololo, isso é um grande insulto, mas não a você e sim àqueles macacos...

Que os macacos se zangassem conosco por lhe termos dado semelhante companheiro, vá; mas você? Dê-se por muito satisfeito.

\*

\* \*

Dizem que não há engenho mesmo a vapor que seja capaz de fazer mais farinha em um dia do que o makalolo faz em uma hora, quando se coça... Ora, makalolo, você é uma engenhoca...

\*

\* \*

Lê-se no Mercantil: **“Aristóteles disse que a política é a arte de dirigir bem os povos. Esta proposição não é absolutamente verdadeira, porque houve governos que não fizeram a felicidade dos povos”**.

Isto é o mesmo que dizer que a aritmética não é o cálculo dos valores porque... um matemático errou cálculos.

Ora, makalolo, você me está saindo mais burro do que o matungo.

\*

\* \*

A cor não dá nem tira qualidades, mas que queres, a gente assim não gosta.

---

<sup>3</sup> A República, Porto Alegre, 9. fev. 1897.

Bem se sabe tudo o que alegraste a este respeito; mas repara bem que não te demos o qualificativo de negro.

A palavra negro está substantivada e com o competente adjetivo qualificativo ao lado. Você toma a nuvem por Juno. Veja bem o adjetivo que está junto à palavra negro...

\*

\* \*

### **1ª Cena**

Makalolo: - Dr. Sodré, chegou o momento supremo; vou largar a pena e pegar na espada; vou para a guerra...

Dr. Sodré: - Mas, makalolo, você reflita; não se precipite; você é necessário na repartição... Que diabo... se você fosse soldado, vá; mas você é oficial e oficiais pouca falta fazem, porque há muitos.

Makalolo: - Minha resolução é inabalável.

Dr. Sodré: - Está bom, apresente-se ao seu comandante Marcos.

### **2ª Cena**

(Houve ordem para que o batalhão do Marcos marchasse para Jacuí.)

Makalolo: - Dr. Sodré, eu queria merecer-lhe um obséquio...

Dr. Sodré: - Diga.

Makalolo: - O meu batalhão teve ordem de marchar e eu estou com pessoa de casa doente; e não posso abandoná-la. Queria que o senhor me requisitasse...

Dr. Sodré (galhofando): - Não, valente republicano, chegou o momento supremo, a Pátria está em perigo! Siga!

Makalolo: - E se surge aí alguma novidade literária nessas vitrines como é que eu lá nos matos vou saber?!...

Cai o pano.

\*

\* \*

Escuta, makalolo, você diz que até aludimos a uma doença que tanto lhe flagela e por isso protesta indignado. Mas que zanga é essa agora?

Por que você não protestou quando a traviata escreveu o seguinte:

Um rapaz a farinha caspa de toda a pele, de calça e colete sarapintados, gravatão, casaco branco escasso, chapeuzinho de cor, muito redondo e encarapitado na torre dos cisnes, a teimar com o porteiro da caixa do teatro, por ocasiões de ensaios da companhia lírica:

- Deixe-me entrar, homem; olhe que eu sou da imprensa.

- O que você diz? Você, com essa cara, escreve para a imprensa?

E o rapaz caspento, chapeuzinho e casaco branco, empertigando-se todo:

- Sim, senhor; onde me vê, conheço música como gente; sou eu quem escreve as crônicas do Jornal. Diga se posso entrar ou não?

O porteiro, todo intrigado, a mirar o tipo de alto a baixo:

- Bem, nesse caso, venha amanhã; precisamos mesmo de um músico graúdo como você... para tocar trombeta na Aida.

Pois aí tem: nós chamamos você de farináceo porque lemos isso na Traviata. Agora brigue com o matungo, se é capaz.

Bom, até amanhã, makalolo.

Calvininho.

---

## CARTA ABERTA A ARTHUR PINTO DA ROCHA

---

Ao Ilustrado contemporâneo dr. Pinto da Rocha

Lamento sinceramente não poder chamar-vos, como a mim chamastes – generoso confrade.

Nem mesmo sou eu, o obscuro curador geral de órfãos, confrade vosso, porque nas letras nunca tive outro lugar senão o de simples e inativo amator. Vós, não; sois membro incansável do diarismo local e desde aquele dia memorável em que vos revelastes a Porto Alegre esse consumado artista da palavra, quer falada, quer escrita, apesar de envolto naquele inesquecível escafandro, quando, aliás, os vossos maiores preferiram revestir-se das suas rutilantes armaduras, até o dia presente, posso verificar que nenhuma solução de continuidade sofreu a vossa fulgurante atividade literária.

Também vos não direi – generoso, porque não quisestes ter para comigo, no rodapé da vossa folha, quando me equiparastes ao Corvo do Príncipe Perfeito, o sublime dom da generosidade.

Para que preferir essa comparação quando, aliás, eu me não molesto com os epítetos mestiço, mulato ou negro?

Não dissestes lá, oh! Camarada velho! Que sou homem sem preconceitos? Como iludir-me, então com alvas propriedades que não tenho, nem jamais terei? Corvo, só poderia agastar-me porque é uma ave de rapina, e eu sou avesso à rapacidade.

Mas, certamente não me deveria ter chocado: pois sobre a imprensa de outros povos menos mestiçados que o nosso adejam aves muito mais perigosas que o corvo, esse heroico espécimen da ornitologia imortalizado por Edgar Poe.

Evitar o circunlóquio e chamar-me pelo que sou, mulato ou negro, à vontade, era maneira mais franca e mais altiva, sobre ser mais generosa: - dava o que é meu.

Mestiços, mulatos ou negros foram meus avós e pais e nem por isso vários deles deixaram de acudir às guerras de então, desembainhando o gládio, tal como os antigos **fidalgos de Portugal, avós dos vossos filhos, que pelejaram na Ásia ou África “pelo seu rei e pela pátria”**.

E mestiços, mulatos ou negros, como eu, legaram-me aquela virtude que Deus na sua infinda bondade entendeu dar a todos os descendentes do deserdado e misterioso continente líbico, nascidos sob um estigma que os vinte séculos do cristianismo ainda não puderam apagar, como singela compensação àqueles de quem tirara a alvinitência epidérmica – o afeto.

Datando de dilatados anos as minhas simpatias pela Federação, tive ensejo de, por motivo de seu recente aniversário, demonstrar que a gratidão peculiar aos mestiços, mulatos ou negros, ainda me ligava à sobredita folha, contrariamente a brancos que tendo tido com ela relações muito mais chegadas e muito mais eficazes, apenas tiveram duas avaras palavras para depô-las no regaço.

Sem que tivesse tido a mínima preocupação (pretensão disse eu, quando foi da vez das linhas que precederam os cumprimentos) de lançar um histórico, todavia tentei fazer um ligeiro apanhado geral da honrada vida daquele diário, sem ter à mão nenhuma

coleção antiga ou moderna. Daí os lapsos e omissões que só descobri depois que o primeiro artigo havia sido publicado e quando era impossível retocar o segundo.

Involuntariamente, pois, omiti os nomes de Álvaro e Homero Baptista, Martins Costa Junior, Aureliano Barbosa e James Darcy, que interinamente redigiram a Federação; e até agora deploro ter-me escapado referência ao venerando fiscal honorário das Cousas Municipais. Reconheço, porém, um mérito nos despreziosos escritos: a sinceridade com que foram talhados.

Os dois tópicos transcritos pelo ilustre contemporâneo exprimem a verdade, sem nenhum exagero.

Podeis dar testemunho do quanto reconheço a minha insuficiência intelectual. Não há talvez, três semanas vos esforçastes por dar-me ocasião de aparecer na melhor companhia, ao vosso lado, se eu tivesse criado na vossa conceituada Gazeta a secção diária Ephemérides Rio-Grandenses, como havíeis insistido; honra de que declinei peremptoriamente.

Como então queríeis confiar a um desmemoriado, conforme reconheceis, lugar de tamanha responsabilidade?

Eminente contemporâneo:

Vosso folhetim ressuma viçosas ironias, quase sempre tão finas como as da penetrante pena de Daudet, às vezes sutis como o veneno ofídico, que lhes não falta; mas de uma feita, a sátira deixou de vir azeda para dar lugar a uma sentenciosa proposição dogmática.

**Escrevestes: “Mas eu recordo essa época vivacíssima da vossa existência, em que Moacyr escrevia diariamente um artigo que valia por um clarim de guerra, tocando a reunir e em que vós, longe das lutas, afastado daquela intensidade atrofiante de entusiasmo, cuidáveis apenas de preparar o porvir que hoje se vos oferece...”**

Deixei é certo de acudir ao toque de reunir vibrado pelo clarim do dr. Moacyr sobre o papel, porque tive de acudir ao toque que os clarins de guerra soavam nos quartéis, onde convivi cerca de quinhentos dias, enquanto nessa mesma época seria preferível a mesa das redações à dura tarimba das casernas.

Uma coisa vos direi para terminar, velho camarada:

- As poucas linhas acerca do dr. Moacyr, as únicas que provavelmente despertaram a vossa respeitável indignação, traduzem a substância do muito que contra o mesmo li sempre na Federação quando ali ocupáveis a direção da folha.

---

O que aí fica dito da maneira a mais desataviada, apenas significa o apreço que me merece o insigne contemporâneo, que por uma vez tratar-me – confrade -, sem embargo da minha cor de corvo, deu-me direito a que eu, apesar dessa mesma cor do herói de Doré, estenda a mão a apertar a sua dele contemporâneo, como o faço daqui.

Janeiro, 11-1903

Alcides Cruz

## Questão das águas do Ribeiro<sup>4</sup>

À S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros

Mal grado meu, Exmo. Sr., volto, ainda uma vez, à carga sobre essa estafada questão. Culpa não tenho, meu ilustre patrício (porque ambos somos brasileiros do Brasil, na frase humorística de meu saudoso mestre Dr. Coelho Rodrigues), de que V. Ex.<sup>a</sup> dê demasiada licença a uns tantos serviçais que abusam da sua proteção.

Joaquim Nabuco, o abolicionista emérito, o amigo dos negros, ilustre coestaduano meu e do honrado pai de V. Ex.<sup>a</sup>, disse, em um de seus momentos de amarga decepção, que foi uma desgraça terem africanizado este país...

O negro degenera no cruzamento, quanto à qualidade física de resistência no trabalho material; mas o negroide conserva ingênitas todas as más qualidades morais do tipo antropológico original.

Vem a pelo essas palavras ao ler agora o que a meu respeito escreveu e fez publicar em A Federação de ontem, 3 do corrente, um infeliz negroide, a quem V. Ex.<sup>a</sup>, em má hora, conferiu mandato judicial para tratar dessa já tão famosa questão de águas do Ribeiro, e que teve a desfaçatez de querer suprir com desaforo a vergonhosa inópia de seus conhecimentos jurídicos. É sestro de gente de essa casta supor que a insolência a faz igual às raças superiores.

E arremeteu contra mim, o desabusado negroide, assacando-me os mais deprimentes baldões, com uma desenvoltura e incontinência de língua, só próprias de sua fosca prosápia.

Ter-lhe-ia já castigado a protérvia, se não fosse a consideração que devo a mim próprio e à caridade a que todos somos moralmente obrigados para com os doentes.

É, de fato, um doente aquele pobre homem. Além da tuberculose, que lhe vai surdamente deteriorando a carcaça de troglodita africano e minando a compleição escura, escalavrada e má, acusa ele os estigmas do verdadeiro tipo de paranoia fantástica, descrita por Kraepelin no seu **“Tratado de Psiquiatria”**: imagina, presume-se jurista e literato, quando não passa de um analfabeto. Há duas espécies de analfabetos: os que não sabem ler e os que não sabem o que leem.

Entende tão pouco de direito como de história do Brasil, esse parente remoto do Chimpanzé, segundo a teoria antropológica do naturalista inglês.

Por isso é que ele ignora a história de uma família que, há mais de três séculos, desde a guerra holandesa, e antes dela, em Pernambuco, tem prestado nesta, pela porção da América latina os mais relevantes serviços, assim nas armas, como nas letras e na administração pública.

---

<sup>4</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 08. jul. 1913. De acordo com uma nota do próprio jornal, a publicação foi reproduzida devido aos erros e omissões que escaparam à revisão.

Agradecemos a colaboração do jornalista João Batista Santafé Aguiar, integrante do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, que localizou este artigo.

Ademais, o crioulo é covarde, o que é talvez devido mesmo ao seu estado psíquico-patológico. Contam aí, com muita graça, o episódio burlesco de suas dejeções involuntárias por ocasião do célebre reencontro dos burros brancos nas margens do Jacuí.

Não se engane, pois, V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Dr. Medeiros: V. Ex.<sup>a</sup> tem a seu serviço no foro um negro paranoico.

Mas... cautela: os animais dessa raça, principalmente o negroide, produto híbrido de um cruzamento maldito, não primam pela lealdade: lateja-lhes na alma ruim o ódio instintivo contra a raça superior que os dominou.

Um dos companheiros do explorador inglês Livingstone teve um dia a excentricidade britânica de comprar a uns caçadores europeus que traficavam na África alguns leões e outras feras enjauladas e os mandou soltar. O mesmo fez em benefício de uns desgraçados negros, comprando-os a um contrabandista do ébano animal e mandando igualmente soltá-los no litoral africano. Mais tarde, o filantropo inglês voltou àquelas paragens e então se lhe deparou um quadro vivo verdadeiramente patético: as feras libertadas o reconheceram e vieram como que testemunhar-lhe a sua gratidão, ao passo que os negros, generosamente resgatados, o acometeram e tentaram matá-lo. Daí, concluiu o viajante britânico, que essa desgraçada raça é mais pérfida, ingrata e malvada do que as próprias feras.

A objurgatória negra e baixa do nigérrimo colaborador de A Federação, em cujo corpo de redação, aliás, há homens limpos, inteligentes e cultos, lembra a cabaça de víboras que trazia à ilharga o etíope Cingo, escravo negro desse infame régulo da Judeia, tributária do Império Romano, a quem o servilismo judaico, obcecado pelo espírito pagão das conquistas do Lácio, com manifesta irrisão do senso público, cognominou de Herodes, o Grande. Diz um historiógrafo-romancista que, quando Herodes quis matar o próprio filho, o príncipe Antípatro, sob o odioso pretexto de que conspirava contra a autoridade paterna, chamou o seu executor favorito e lhe disse: **“Cingo, meu negro, solta-lhe as tuas víboras”**. E assim fez.

Não se parece com Cingo, pelo menos na cor, esse negregado leguleio fosse do fosco de Porto Alegre?

E alude a mal-entendidas relações antagônicas de nativismo entre os Estados da grande nação essa asquerosa larva ejaculada dos sertões da África pela perversidade e baixeza dos parentes vendedores, explorados pela sórdida cobiça dos piratas negreiros (!). E nem se advertiu o negroide de que irrogava assim uma injúria implícita aos manes do respeitável pai do seu chefe e protetor.

Haja V. Ex.<sup>a</sup>, por bem, Sr. Dr. Medeiros, por cobro às arremetidas do seu serviçal. Desta vez deteve-me a mão ao chicote o sentimento moral da comiserção. Se, porém, ele continuar, poderá acontecer que V. Ex.<sup>a</sup> fique privado dos serviços dele por alguns dias. Ou isso, ou, se me convencer de que os ataques se repetem a aprazimento mesmo de V. Ex.<sup>a</sup>, terei então de fazer valer de outro modo o meu direito de legítima vindicta pessoal pela imprensa.

---

Nesta porção meridional da terra brasileira, Exmo. Sr., eu sou tão forasteiro como o digno pai de V. Ex.<sup>a</sup>, pernambucano como eu e que aqui peregrinou, distinguindo-se

como magistrado.; e se V. Ex.<sup>a</sup> não se dedignasse de requintar em nativismo, havia de coerentemente por em disponibilidade a flor da magistratura estadual... ele.

Pertencendo a uma família amiga do nosso magnânimo Imperador, cuja augusta sobra há de presidir eternamente os destinos da nossa nacionalidade, auspiciosamente formada à sua imagem, fiquei sendo uma espécie de deserddado político nesta república representativa em que o voto não vale nada, não obstante a minha adaptação ao novo regime.

Depois de curto tirocínio no norte, traído e relegado por um desses sátrapas de cotovelos rotos que infestaram o país durante a chamada política dos governadores, vim para o Rio de Janeiro, onde estabeleci banca de advocacia em 1890.

Tendo então perdido o meu prezado tio e padrinho, o Visconde de Cavalcanti, resolvera liquidar os meus poucos negócios forenses e regressar a Pernambuco, quando um distinto deputado rio-grandense me convidou a vir aqui tratar de uma questão contra a Fazenda Nacional, em 1903.

Tendo feito a esta capital mais de uma viagem no desempenho do encargo profissional, tomei a deliberação de mudar-me para aqui, não porque não tivesse o que fazer no foro do Rio, onde não sou um anônimo e onde continuo a ter interesses, mas porque gostei desta terra, cujo clima saudabilíssimo restabeleceu-me a saúde alterada e porque logo me pareceu que nesta saudável e importante região do sul havia bons elementos de vida e trabalho.

Fixando residências nesta capital, renunciei-me a mim mesmo, na divina frase do evangelho, fazendo-me soldado obscuro nas fileiras do trabalho, sem envolver-me na política, sem criar dificuldades à administração, nem hostilizar ao governo, sem disputar lugares, vantagens e proventos aos filhos da terra e sem nada solicitar para mim das classes dirigentes.

Logo depois de ter aqui chegado, não tive a honra de ser recebido por V. Ex.<sup>a</sup>, quando, por duas vezes, o procurei para visitá-lo.

Tendo-se-me dito que V. Ex.<sup>a</sup> me mandaria aviso para oportuna recepção em Palácio, antecipei-me a declarar-lhe por carta que eu não tinha pretensão alguma e que somente fora à sua residência oficial para o puro cumprimento de um dever de educação civil e testemunhar-lhe pessoalmente a minha estima e consideração, e acrescentei que desse V. Ex.<sup>a</sup> por feita a minha visita, dispensando-se de mais incômodos.

Nessa mesma questão de águas do Ribeiro, sopitando o ressentimento de algumas injustiças, eu quis ser o mensageiro da paz, quando em carta de cumprimentos que dirigi a V. Ex.<sup>a</sup> por ocasião de sua nova eleição ao elevado cargo de presidente do estado, pedi vênha para aconselhá-lo desistir do pleito. V. Ex.<sup>a</sup>, porém, não se dignou responder-me.

Não sou, como disse, seu inimigo, como talvez pretendam fazer acreditar os led-capitains da situação; se o fosse, acrescentei, nem o medo, nem o interesse me faria recuar.

Aceitei o mandato para o patrocínio da causa de meus honrados amigos, os Sres. Souza Porto, pela simples razão de que a considero defensável e justa.

Essa advocacia acomodatícia e poltrã dos conciliábulos e cochichos, que transige sempre com a prepotência, em detrimento da clientela, não se coaduna com a minha organização moral, nem faz honra a ninguém.

Viver é transigir, dizem os covardes, os eunucos sociais, os míseros protagonistas da comédia humana; viver, pelo contrário, digo eu, é lutar, é reagir, é resistir.

Sou manso, pacífico e humilde; levo a minha tolerância moral até ao ponto de respeitar os menos respeitáveis, considerando em todo homem a dignidade humana que todos representamos, abstraindo da condição social dos indivíduos.

Essa humildade, porém, interesseira e hipócrita que consiste em respeitar os poderosos e soberbos, para daí tirar partido, não é de Deus; eu não a tenho como virtude nem pratico como tal.

Jesus Cristo (Nosso Senhor Jesus Cristo – é o que eu quero dizer; porque o seu jugo é suave, como ele disse de si próprio, e os que não lhe rendem culto rendem-no ao homem: são idólatras e dão em reles engrossadores)... Jesus Cristo deu o mais edificante exemplo de humildade, lavando os pés a seus discípulos, mas, quando foi necessário, meteu o chicote na canalha graúda.

A verdadeira democracia, justa, livre e esclarecida, abstrai da origem e do nascimento, honra o trabalho e aplaude o mérito.

A pátria, Exmo. Sr. Dr. Medeiros, não é só essa gleba torrens, onde o homem nasce, muitas vezes acidentalmente, queimada pelo fogo dos holocaustos erguidos aos numes do paganismo político; é, antes de tudo e sobretudo, a comunhão de interesses reais e morais que constituem a família, a cultura social e o destino dos povos; é a terra da promessa destinada por Deus a todos os que se dignificam pela virtude e pelo trabalho.

Porto Alegre, 4 de Julho de 1913.  
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque

---

## TROCO MIÚDO

---

“Pelas provas diretas e indiretas que acabam de ser expandidas, produzidas e cotejadas, bem vê o ilustrado julgador... S. EXA., QUE É INDEFESSO CULTOR DAS LETRAS JURÍDICAS E QUE NO FORO, COMO NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E NO CORPO LEGISLATIVO, TEM MERITORIAMENTE SERVIDO À CAUSA PÚBLICA..”

(Final do memorial oferecido pelo advogado do município da Conceição do Arroio, dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, ao árbitro julgador dr. Alcides Cruz, no litígio do referido município com o de Santo Antônio, Correio do Povo, 25 de janeiro de 1912).

Deploravelmente batido em todo o terreno jurídico da chamada Questão das águas do Ribeiro, quer nos autos quer na imprensa, sem embargo do estardalhaço adrede e imprudentemente preparado pelo insolente patrono dos réus, o Superior Tribunal coroou a obra, fulminando-o com a recente decisão que deu ganho de causa aos meus constituintes.

Desnorteeu totalmente. Não obstante, já desarvorado com as vitoriosas contraditas judiciais, quando pretendeu aprumar-se, recebeu de mim esse brado viril intimando-o a que voltasse atrás, e engasgou a insidiosa arremetida contra o meu prezado chefe e grande amigo, o dr. Borges de Medeiros.

Perdeu de todo o tramontana o Velho Diogo.

Que o meu último artigo foi uma áscua que ardeu sobre a lorpa prosápia do esguio rábula do Norte, aí estão as louvaminhas com que se prostrou aos pés de meu eminente constituinte, em brusca antítese às arrogâncias da véspera.

Consegui, pois, plenamente o fim que me dirigia a alcançar: conter as agressivas alusões, ora claras e francas, ora ocultas e pérfidas contra aquele, e o êxito do pleito.

O mais, essa ascorosa descomponenda ineptamente improperada contra mim, na secção paga do Correio de domingo último, é coisa secundária.

Além de nada inovar, é de uma pobreza de espírito que roçaga pela vilania levada aos mais baixos volutabros de uma pena podre.

Desmuniado o seu exíguo arsenal de argumentos jurídicos, o sarrafaçal causídico vale-se da injúria e de uma circunstância por demais eventual, que não depõe senão contra a insuficiência de escrúpulos dos pasqueiros desaçaimados que, à carência de fatos deprimentes da minha conduta moral e cívica, recaem nesse rafado lugar comum – a cor.

Das suas esponjaduras, porém não me atinge a lama.

Reduz-se tudo, portanto, em saber-se depois da misérrima escrevedura de domingo, esse velho Diogo se elevou aos olhos da população desta capital, e se eu descí no conceito da mesma, bem como até que ponto, por efeito disso, eu descí e ele ascendeu.

Que não sou branco... Eis a estupenda clava... de sebo com que o paspalhão julgou achatar-me!

Sim, não sou branco; mas não deploro que a natureza tivesse sido avara em dar à minha pele menos alvinitência que a outros, acidente que afinal não dá para deplorar, pois em nada me há prejudicado na estima dos homens de bem e na consideração da melhor sociedade.

O que para mim seria deplorar, reputando mal irreparável, é que os contemporâneos me privassem dessa estima pública prestada por muitas gerações passadas aos meus avós.

Nem outra coisa pretendo e aspiro senão a existimatio, que muitos em vão cobiçam.

Não sou branco, porque minha mãe e minha avó e minha bisavó não no eram; mas que aqui viveram; como muitas famílias de cor, que vieram acompanhando outras, a estabelecer-se em S. Francisco do Porto dos Casais, quando foi da famosa corrida, por efeito da lastimável rendição da Colônia do Sacramento em 1763. Quer era então o Porto Alegre de hoje, outra coisa que não a mal conhecida povia daquele nome, recém-provida em freguesia?

Da vinda dessas famílias de cor cuja descendência perdura, vive honradamente e é de fácil nomeação, há provas nos arquivos eclesiásticos – assentamentos de óbitos, batizados e casamentos.

Quanto a meu pai, Manuel Pinto Lacerda da Cruz, ignoro se era branco, porque quando faleceu ainda eu não tinha um ano de idade. Mas como era de Pernambuco, nascido em Goiana, segundo consta no assentamento de casamento de minha mãe, dirão os de lá.

Sei que veio devido à Revolução Praieira (1848). Diga, porém, quem o souber, quem eram os Lacerda de Goiana, que a mim nada importa, porque nunca os procurados.

Meu avô materno, Joaquim Pedro de Freitas, oficial da Legião de S. Paulo, era dos Freitas daquela capitania, referidos em mais de um passo na Nobiliarquia Paulistana de Pedro Taques e na Genealogia paulista de Almeida Leme.

Dos Freitas (e dos seus parentes Pedrosos), mais de um militou nas agrestes campanhas do sul, sem que nenhum deles houvesse recuado das linhas bélicas de Catalã, Índia Morta, Ituzaingó e dos muros de Porto Alegre na guerra civil de 1835. Não haveria de ser eu quem deslustrasse a firmeza dos meus maiores, volvendo indecorosamente as costas ao fogo, como com revoltante calúnia e desmedida infâmia se tem dito, e que à força de repetirem a torpeza, me hão de levar a provar, com documentos irrefutáveis, quem foi o covarde de Jacuí, também dos mais baixos em sentimentos.

E o indivíduo que tendo sido mais de uma vez despedido das antecâmaras do Palácio, sem ter sido recebido pelo chefe do governo, ainda dirige cartas dano-lhe parabéns por nova eleição? Eis um gesto nobre e de dignificadora independência.

De tudo quanto saiu da félea pena do bisonho escrevedor, há porém uma coisa exata, a única a que me rendo: o não ser em lidimamente versado em história pátria. Muito tenho de estudar, porque muito me falta a aprender e aprofundar em História do Brasil, tão vasta é e tão incompletamente se tem tratado dela.

Mas não será jamais um soletrador das belas letras, duplicado de um maciço estulto, como esse lerdo rabiscador das secções livres, que me há de esclarecer. Responde a despropositada objeção, o ter-me nomeado há pouco a diretoria do Congresso Nacional da História do Brasil, sem que eu sequer houvesse cogitado ainda da sua próxima reunião, membro do mesmo. Lisonjeia-me profundamente uma tal honraria partida de homens eminentes como o Conde de Afonso Celso e o dr. Ramiz Galvão, a quem fico em cordial dependência de gratidão, embora não tenha a ventura de conhecê-los pessoalmente.

Também não solicitei a admissão de sócio do Instituto Histórico de S. Paulo, nem da sábia Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com cujas distinções fui lembrado.

Ultimamente declinei convites que me fizeram dos Estados Unidos, um do dr. João Casper Branner, insigne diretor da Universidade de Stanford Junior, para a Sociedade de Geologia Norte Americana e outro do dr. Westel Willoughby, célebre constitucionalista e professor, para membro da American Political Science Association, de Boston.

Embora superficiais os meus conhecimentos da História Nacional, não ignoro que a Felipe Cavalcanti se deve a aclimação tropical dessa vergôntea florentina, em 1560, que ao depois desabotoou Antônio Cavalcanti que recebeu de mosquete em punho ao invasor batavo; Francisco de Paula Cavalcanti (Suassuna) que pela sua inflexibilidade nativa incorreu nas iras da metrópole; Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti, senador do Império e estadista, bem como o Visconde de Cavalcanti (falecido em Paris). A este número, pode juntar-se o da sra. Viscondessa de Cavalcanti, erudita escritora, a quem se deve um dicionário de brasileiros notáveis, conquanto inédito.

Isto, porém, não obsta que o primitivo sangue do gentil-homem se haja diluído no decurso de três séculos e meio, sem cruza com o de igual camada.

A árvore da sua geração, privada assim de constantes irrigações de sangue bom (no sentido empregado pelos linhagistas), foi recebendo enxertias de todas as procedências, muitas das quais corruptas, como fatalmente devia suceder a uma família numerosíssima e ramificada por quase todos os estados do Brasil.

Por isso entro em dúvida se todos quantos assinam com o apelido Cavalcanti de Albuquerque são ou não genuínos representantes do nobre florentino.

Ouvi de um saudoso amigo, também desse nome, que hoje era difícil saber quais os legítimos descendentes da verdadeira estirpe, porque agregados e escravos haviam tomado o mesmo apelido e por sua vez os descendentes destes, que adquiriram posição, se confundiram com os autênticos, de forma que já não é fácil distinguir quais os espúrios e quais os verdadeiros.

Camilo, o grande mestre da vernaculidade, narra que vivem obscuríssimos artífices na Suíça, que se tornam irrisórios quando se gabam de descender dos reis de Portugal. É recente o escândalo que produziu há pouco em Paris uma condessa, oriunda da mais remota aristocracia, alistar-se como boleeira de profissão, impelida pelas necessidades.

Isto é o que diariamente acontece à velha nobreza medieval, a resvalar vertiginosamente na vala comum, sobre cujos entulhos a triunfante democracia moderna ergue as suas oficinas e os seus palácios construídos a custa do trabalho honrado.

Pelo lado moral, são inúmeras as famílias brasonadas em cujo seio a sãnie ferve e enriquece os anais do crime, de nada servindo que os antepassados tivessem cingido a coroa de príncipe ou o chapéu cardinalício. Haja vista os terríveis venenos de que só os Borgias eram senhores do segredo. Nas galerias de retratos de criminosos, que enchem os gabinetes policiais das grandes cidades do velho mundo e da América do Norte, quantos príncipes não estão ali reproduzidos?

Só duas grandes ordens de nobreza a atualidade republicana e as verdadeiras democracias acatam e reconhecem: a da virtude e a do saber.

Aquela prima sobre esta. E mais feliz dentre todas será a nação em que cada súdito possa repetir, desassombradamente, com Shakespeare:

“ A boa reputação no homem e na mulher, meu querido senhor, é a joia mais pessoal da alma: que me roubem a bolsa ou a minha roupa, pouca valia tem, nada vale; era minha, era dele e tinha sido já a escrava de milhares de pessoas; mas aquele que nos rouba a boa reputação, rouba-nos uma coisa que não o enriquece a ele e me torna verdadeiramente pobre a mim!...”

Elegi este vibrante apotegma para minha norma de conduta, de modo que me é indiferente o dizerem de mangas arregaçadas e chapéu ao lado, ou jogralesco ou iracundos como um mastim, que sou negro ou peão.

No Brasil, a cor não é lado vulnerável de ninguém.

Agora, só pela coincidência de achar-se o nome do Presidente do Estado até certo ponto partícipe desta controvérsia, fico inibido do uso de um látego com que pudesse ver se o sangue a esvurmar dos fidalgotes mal criados, é azul ou é como a linfa das rameiras verminosas.

Do contrário, eu não teria dado tempo às ameaças, que não temo bem nunca temi de outros, tanto que resido sozinho em lugar ermo e silente, para onde de ordinário recolho a desoras, à volta de teatros e outros divertimentos.

Posso crer que Aretino suba a Cavaleiro de Malta?

Alcides Cruz